Para Além do Voto: Entendendo as razões do fracasso do diálogo pós-eleitoral em Moçambique

Egna Sidumo

Doutoranda,
Chr. Michelsen Institute
Norway

Introdução

O período pós-eleitoral em Moçambique tem sido caracterizado por tensão política, agitação social e um impasse entre os principais actores políticos. Pouco depois das eleições, o candidato independente da oposição, Venâncio Mondlane, reivindicou a vitória com base numa contagem paralela de votos, alegando manipulação eleitoral e alimentando uma ampla frustração. Esse descontentamento mobilizou principalmente populações urbanas nas principais cidades (Maputo, Nampula, Quelimane, Beira e Manica)[1], assim como em vários distritos e províncias[2] que foram às ruas para exigir o que consideravam como "Verdade Eleitoral".

Os protestos escalaram para violência antes e depois do anúncio preliminar dos resultados pela Comissão Nacional de Eleições que indicou a vitória de Daniel Chapo. O assassinato de dois membros da oposição, Elvino Dias e Paulo Guambe, agravou ainda mais a crise. Os resultados definitivos foram proclamados a 23 de Dezembro de 2024, confirmando a vitória do candidato do partido no poder, com pequenos ajustes no número de assentos parlamentares.[3]

Esses resultados desencadearam manifestações violentas que destruíram infra-estruturas e aumentaram as expectativas de um diálogo politico entre o presidente eleito Daniel Chapo, e o candidato presidencial derrotado, Venâncio Mondlane.

Entretanto, a nova administração, encorajada pelo reconhecimento internacional[4], assumiu o cargo e iniciou a sua governação, enquanto Mondlane retornando do auto-exílio, autoproclamou-se presidente e convocou novas manifestações[5]. A sua disposição para o diálogo, porém, veio acompanhada de exigências que aprofundaram o impasse político.

Este artigo analisa por que as negociações entre esses principais actores falharam, considerando padrões históricos, questões de legitimidade e assimetrias de poder.

Contexto Histórico e Político das Eleições em Moçambique

A história eleitoral de Moçambique sempre foi marcada por resultados contestados e disputas que, não raras vezes, resultaram em negociações. Esse padrão de comportamento, demonstrou que, embora a FRELIMO historicamente tenha apresentado as suas vitórias como incontestáveis, as negociações frequentemente se tornaram a solução *de facto* para as crises pós-eleitorais.

As eleições de 2024 seguiram esse padrão de resultados contestados e crise política. No entanto, desta vez, um novo factor surgiu — a ascensão do PODEMOS como força política. Formado por ex-membros do FRELIMO insatisfeitos com a direcção interna do partido, o PODEMOS buscou desafiar o domínio do partido no poder. O PODEMOS alinhou-se a Venâncio Mondlane[6], Uma proeminente figura da oposição que se desvinculou da RENAMO para concorrer como candidato presidencial independente.[7]

A aliança entre o PODEMOS e Venâncio Mondlane foi motivada por uma insatisfação generalizada com a governação do FRELIMO e pela necessidade de capitalizar a crescente desilusão entre a juventude e os eleitores urbanos em Moçambique. Mondlane, já conhecido pela sua capacidade de mobilizar a opinião pública, utilizou as redes sociais e o seu envolvimento com grupos de base para atrair esses eleitores frustrados. O PODEMOS, por sua vez, ofereceu o suporte estrutural e a sua plataforma político partidária à campanha de Mondlane.

Após a proclamação dos resultados, a aliança entre o PODEMOS e Mondlane desfez-se, revelando diferenças estratégicas nas suas abordagens de contestação do resultado das eleições. O PODEMOS optou por continuar a sua luta política por meio dos canais institucionais, tomando posse dos seus assentos na Assembleia da República[8], enquanto Mondlane, manteve a sua posição sobre a ilegitimidade dos resultados eleitorais.

Apesar de perder o apoio formal do PODEMOS, Mondlane continuou a sua luta de forma independente e, embora tenha suspendido os protestos violentos por três meses, ele introduziu uma série de medidas de desobediência civil, direccionadas ao boicote das portagens em todo o país , aos preços de bens essenciais e a activos vinculados a membros da elite governante.[9] Essas acções, com diferentes níveis de adesão, continuam a representar um desafio significativo para a governança do recém-eleito presidente.

Legitimidade e Impasse Político na Crise Pós-Eleitoral em Moçambique

A legitimidade desempenha um papel central na crise pós-eleitoral de Moçambique, influenciando tanto as percepções sobre a liderança quanto as dinâmicas do diálogo político. Com base no referencial teórico de Max Weber[10], duas formas principais de legitimidade ficam evidentes: a legitimidade legal-racional e a legitimidade popular. Essas fontes contrastantes de autoridade ajudam a explicar as dinâmicas assimétricas de poder entre os principais actores políticos, o presidente eleito Daniel Chapo e o candidato derrotado Venâncio Mondlane.

A legitimidade do presidente eleito Daniel Chapo decorre principalmente da autoridade legal-racional, uma vez que foi proclamado Presidente eleito pelo Conselho Constitucional com 65,17%[11] dos votos válidos. Esse reconhecimento institucional fundamenta sua reivindicação de liderança dentro do quadro eleitoral de Moçambique. No entanto, as amplas alegações de irregularidades e manipulação eleitoral que enfraqueceram a confiança pública no processo institucional, tem lançado dúvidas sobre a solidez de seu mandato.

Em contraste, Venâncio Mondlane baseia a sua legitimidade principalmente no apoio popular, especialmente entre os jovens e eleitores urbanos que o vêem como uma alternativa credível ao *status quo* dominado pelo FRELIMO. A sua candidatura independente, ampliada por uma campanha eficaz nas redes sociais, evidenciou sua sintonia com as frustrações de um grupo demográfico em crescimento que busca mudanças do cenário politico nacional.

Essas formas divergentes de legitimidade, não apenas aprofundam a desconfiança como também dificultam os esforços para construir consensos para além de representarem desafios significativos à inclusão, senão vejamos:

> Partes em conflito, com diferentes tipos ou bases de legitimidade, frequentemente priorizam agendas distintas. Governos com legitimidade legal tendem a concentrar-se na manutenção da soberania e na aplicação restritiva da lei, enquanto grupos de oposição com legitimidade popular geralmente focam em questões relacionadas à justiça, igualdade e outras reivindicações de natureza popular [12] até mesmo para responder às demandas da sua base de apoio.

Daniel Chapo, por exemplo, desde que assumiu o cargo a 15 de Janeiro de 2025, tem mantido uma postura estritamente legalista, enfatizando a necessidade de respeito às leis e as instituições democráticas moçambicanas como uma condição inegociável. Ele tem, em grande parte, ignorado os apoiantes de Venâncio Mondlane e minimizado as suas acções a todos os níveis. Numa entrevista concedida à CNN[13], Chapo declarou que governaria para os milhares de moçambicanos que vivem em áreas rurais em clara oposição às pessoas que contestam a sua vitória e governação concentradas nos principais centros urbanos com destaque para a capital Maputo.

Mondlane, por outro lado, apesar de dar constantes indicações sobre a sua disposição para o diálogo ou negociação, tem exigido que um maior número de jovens (sua principal base de apoio) seja beneficiado pela governação. Além disso, tem insistido que o governo compense as centenas de manifestantes que sofreram violência policial ou as famílias daqueles cujos filhos perderam a vida no contexto da crise pós-eleitoral.

Apesar de divergirem dos números oficiais,[14] dados da Plataforma DECIDE[15] indicam que, desde o início das manifestações até 15 de Janeiro de 2024, foram registadas cerca de 4.200 detenções, 600 pessoas feridas por disparos e mais de 300 mortes.

Por que as Negociações Permanecem Improváveis na Crise Pós-Eleitoral de Moçambique

- **Interesses divergentes**

A oposição liderada por Venâncio Mondlane, aparentemente pressiona por um governo de unidade nacional, enquanto o governo da FRELIMO insiste na governação unilateral. Chapo, respaldado pelo reconhecimento internacional, vê poucos incentivos para dividir o poder, enquanto Mondlane exige concessões que desafiam o domínio do partido no poder criando posições irreconciliáveis.

- **Ausência de Compromisso**

A relutância histórica do partido FRELIMO em negociar disputas pós-eleitorais continua evidente. A administração de Chapo tem enfatizado consistentemente a importância dos marcos legais e do respeito às instituições como condições inegociáveis, rejeitando os apelos de Mondlane para o diálogo devido às suas pré-condições dificultando o alcance de qualquer compromisso.

- **Fragilidades estruturais**

A crise pós-eleitoral também expõe fragilidades estruturais, como a falta de independência e credibilidade das instituições responsáveis pela organização e fiscalização do processo eleitoral. Alegações persistentes de irregularidades e desconfiança no sistema eleitoral minaram a credibilidade do Estado em gerir disputas de forma imparcial. A oposição vê o sistema judicial como instrumento do poder estabelecido, enquanto o governo argumenta que a sua legitimidade decorre da validação formal das eleições. Essas percepções consolidam o impasse e reduzem as chances de uma solução negociada.

Conclusão

A crise pós-eleitoral em Moçambique reflecte a disputa entre Daniel Chapo e Venâncio Mondlane, marcada por divisões políticas e reivindicações concor-rentes de legitimidade. Enquanto Chapo se apoia na validação institucional e na governação unilateral da FRELIMO, Mondlane baseia a sua contestação na mobilização popular e na rejeição dos resultados eleitorais. A fragmentação da oposição e a desconfiança nas instituições ampliam o impasse, dificultando qualquer avanço rumo ao diálogo político.

Para superar o impasse, a construção da confiança pode passar pelo envolvimento da sociedade civil e pela implementação de pequenas reformas que promovam a inclusão. No campo da oposição, Venâncio Mondlane e seus aliados podem contribuir para um diálogo mais construtivo ao adoptar uma abordagem menos confrontacional e apresentar demandas claras e viáveis criando bases com potencial para simultaneamente responder a reivindicações ime-diatas e mudanças estruturais. A criação de um consenso entre as partes pode favorecer a governação e o exercício da cidadania sem comprometer a estabilidade do estado.

Notas

1. Nogueira Pinto, T. (2025, January 15). *Political crisis in Mozambique shows no signs of abating*. GIS Reports. Disponivel aqui: https://www.gisreportsonline.com/r/mozambique-election-crisis/
2. Vários distritos em todo o país foram, em diferentes graus , afectados pelos protestos, que frequentemente se transformaram em violência. Zambézia, Nampula e Maputo foram os principais centros dos protestos.
3. Centro de Integridade Pública. (2024, December 24). *Elections 2023-2024 - Bulletin on the Political Process in Mozambique (No. 354)*. Centro de Integridade Pública. Disponivel aqui: https://cipleicoes.org/eng/
4. União Europeia, Estados Unidos da América, China, Rússia, South Africa, Tanzania, Zimbabwe, Angola, among others
5. New York Times. (2025, January 9). Opposition candidate returns to Mozambique, declaring himself president. The New York Times. Disponivel aqui: https://www.nytimes.com/2025/01/09/world/africa/mozambique-president-mondlane-protests-election.html
6. Mondlane, V., & PODEMOS. (2024, agosto). *Acordo político entre Venâncio Mondlane e o partido PODEMOS.*
7. Mutemba, S. (2024, 3 de junho). *Moçambique: Venâncio Mondlane sai da RENAMO e do parlamento*. Deutsche Welle. https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-ven%C3%A2ncio-mondlane-sai-da-renamo-e-do-parlamento/a-69257439
8. 360 Mozambique. (2025, January 8). Early morning swearing-in of PODEMOS MPs “disrespectful”: Mondlane. Available in https://360mozambique.com/development/early-morning-swearing-in-of-podemos-mps-disrespectful-mondlane/
9. Governo do Povo de Moçambique. (2025). *Decreto do Povo n.º 1/2025, de 17 de janeiro*.
10. Spencer, M. E. (1970). Weber on legitimate norms and authority. *The British Journal of Sociology, 21*(2), 123–134. Wiley on behalf of The London School of Economics and Political Science. Disponivel aqui: https://www.jstor.org/stable/588403
11. Tribunal Constitucional de Moçambique. (2024). *Acórdão n.º 50/2024 – Proclamação dos resultados eleitorais*.
12. Fallon, R. H., Jr. (2005). Legitimacy and the Constitution. Harvard Law Review, 118(6), 1787–1853. The Harvard Law Review Association.
13. Club of Mozambique. (2023, October 13). Mozambique elections: We do not want to say they were 100% transparent – Carta. Disponivel aqui: https://clubofmozambique.com/news/mozambique-elections--we-do-not-want-to-say-they-were-100-transparent-carta-274240/
14. Carta de Moçambique. (2024, January 10). Tensão pós-eleitoral: Bernardino Rafael reconhece 96 mortos mas não conhece seus autores. Disponivel aqui: https://www.cartamz.com/index.php/sociedade/item/18544-tensao-pos-eleitoral-bernardino-rafael-reconhece-96-mortos-mas-nao-conhece-seus-autores#google_vignette
15. DECIDE Platform. (2025). Preliminary report on the post-electoral context in Mozambique. Disponivel aqui: https://pdecide.org/storage/arquivos/1737623503_Ingles_compressed.pdf

AFRICA DEVELOPMENT AFRIQUE ET DEVELOPPEMENT

Vol. XLIX, No. 3, 2024

Número especial em português | Special Issue in Portuguese | Numéro spécial en portuguais

Editores Convidados / Guest Editors / Rédacteurs invités

Luca Bussotti
Redy Wilson Lima
Remo Mutzenberg

Disponível AGORA!

AFRICA DEVELOPMENT
AFRIQUE ET DÉVELOPPEMENT
Vol. XLIX, No. 3, 2024

Quarterly Journal of the Council for the Development of Social Science Research in Africa
Revue trimestrielle du Conseil pour le développement de la recherche en sciences sociales en Afrique

CODESRIA

Sumário / Contents / Sommaire

Apresentação: Novas abordagens sobre Movimentos Sociais e Direitos Humanos
Luca Bussotti, Redy Wilson Lima, Remo Mutzenberg

Introduction: New Approaches to Social Movements and Human Rights
Luca Bussotti, Redy Wilson Lima, Remo Mutzenberg

Introduction : Nouvelles approches aux mouvements sociaux et aux droits de l'homme
Luca Bussotti, Redy Wilson Lima, Remo Mutzenberg

Vivência em "Epistemologias Negras": desafios e perspectivas no ensino de Ciências Sociais na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Luís Soares, Rayza Silva & Ana Cláudia Rodrigues da Silva

Possibilidades e limites ao exercício da Liberdade Sindical em Cabo Verde de 1975 a 2014
Osvaldo de Carvalho Cruz

A proteção social básica como direito humano: um olhar sobre Moçambique
Maria Elvira Carlos Chipe, Rosana Albuquerque & Maria José Núncio

Uma longa ambiguidade: minorias sexuais em Moçambique entre tolerância e marginalização
Laura António Nhaueleque

Organizações da Sociedade Civil em Moçambique: sustentabilidade, dependência, imposição
Ernesto Nhatsumbo & Luca Bussotti

Dinâmicas dos movimentos juvenis: protestos nas ruas e contestações nas redes sociais em Angola
Gilson Lazaro